

## Internet e leitura crítica das mídias para surdos

**FARIA**, Juliana Guimarães<sup>i</sup>  
**FARIA**, Nubia Guimarães<sup>ii</sup>  
**OLIVEIRA**, Fernanda Bonfim de<sup>iii</sup>  
**ARAUJO**, Jéssie Rezende<sup>iv</sup>  
**MARTINS**, Lira Matos<sup>v</sup>  
**OLIVEIRA**, Thainã Miranda<sup>vi</sup>

Palavras-chave: Internet, Leitura Crítica, Surdos

Este trabalho está em andamento e retrata um projeto de Curso de Extensão como parte de um Programa de Inclusão Digital que conta com a participação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Faculdade de Educação e a Faculdade de Letras/UFG. O Programa foi contemplado com recursos de auxílio financeiro do CNPq, por meio do Edital MCT/CNPq nº 49/2010 – Inclusão Digital e Social. Além das unidades acadêmicas da UFG, o Programa de Inclusão Digital conta com a parceria do CDI – Comitê de Democratização da Informática e da SEE/GO – Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Este Programa é denominado de “Processos de inclusão social: interfaces da inclusão digital” e prevê a formação total de 800 pessoas, sendo que desse número, 100 pessoas são de sujeitos surdos, 200 idosos, 250 são professores da educação básica e 150 pessoas advindas da comunidade em geral.

No que se referem aos sujeitos surdos, estes ficaram sob a responsabilidade do curso o qual se refere esse projeto de extensão. A Faculdade de Letras, por meio do curso de Letras: Libras, se responsabiliza pela formação de 100 surdos para a leitura crítica da internet (GUARESCHI e BIZ, 2005).

Segundo o Ibope Nielsen *online*, o número de pessoas com acesso ao computador e à Internet em todos os ambientes (residências, trabalho, *lan-houses*, bibliotecas e telecentros) atingiu 67,5 milhões de brasileiros, em dezembro de 2009. O Brasil é o 5º país com maior número de conexões à Internet. Nas áreas urbanas, 44% da população está conectada à internet. Além de 97% das empresas e 23,8% dos domicílios brasileiros terem acesso à rede mundial de computadores.

Apesar do crescimento do número de acessos, praticamente um terço da população brasileira ainda é excluída digitalmente. O Ministério da Educação e das

Comunicações têm promovido algumas ações para diminuir a brecha digital. O Gesac é um projeto que tem como objetivo levar a internet às diversas comunidades. Já o ProInfo visa promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. A partir do mês de maio de 2010, o MEC deu início à implantação do projeto Um Computador por Aluno (UCA), cuja meta é oferecer um computador portátil educacional para cada estudante das redes de ensino municipais e estaduais de todo o país. Todas estas iniciativas têm a finalidade de incluir os cidadãos brasileiros no processo digital, como forma de diminuir as diferenças sociais.

A professora da UFRJ, Elizabeth Rondelli (2003), explica que inclusão digital não significa apenas alfabetização digital (aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e produtor de seus conteúdos e processos). As pessoas que serão digitalmente incluídas precisam ter o que fazer com suas mídias digitais. Rondelli explica que isso significa criar oportunidades para que os aprendizados feitos a partir dos suportes técnicos digitais possam ser empregados no cotidiano da vida e do trabalho.

De acordo com ela, o terceiro passo é a preparação do entorno institucional para que a inclusão digital se realize. Por isso, a necessidade de políticas governamentais que orientem e orquestram o trabalho dessas empresas de produção tecnológica, apontem e organizem seus mercados. A proposição de tais políticas deve ser baseada em pesquisas feitas pelas universidades.

O quarto e último passo para conquistar a inclusão digital, defendido por Rondelli, é o entendimento de que esta pressupõe formas de produção e circulação da informação e do saber diferentes das formas tradicionais. “As mídias digitais permitem que se estabeleçam relações descentralizadas e verticalizadas entre os produtores e consumidores de conhecimento. Isto porque tais mídias possibilitam maior interação entre tais agentes.” Dessa forma, o público é mais disperso e pode gradativamente inventar formas de aprender, de se relacionar e de trabalhar. É nessa perspectiva que esse projeto de extensão se estrutura, de contribuir para que o surdo possa se relacionar, ser autor e socializar na Internet.

Nesse sentido, considera-se que a inclusão digital se dá via inclusão social, para isso, as políticas de implementação das tecnologias em processos educativos e sociais precisam primar pela acessibilidade e compreensão dos processos tecnológicos, em que o sujeito seja capaz de selecionar, distinguir e analisar de

forma crítica os conteúdos disponibilizados no mundo digital. Este projeto utilizará os meios de comunicação e as tecnologias da informação para capacitação de sujeitos surdos.

Silveira (2001) alerta que o combate à exclusão não se resume ao ensino popular de informática ou cursos rápidos de montagem de computadores. Nas atividades cotidianas, tem-se a necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos postos por esta sociedade e incorporá-los de forma que possam contribuir com a compreensão de mundo e ação dos sujeitos.

Garcêz e Maia (2009) desenvolveram estudo sobre as lutas por reconhecimento dos surdos na internet e consideram que a Internet possibilita que o surdo seja os produtores e próprios veiculadores de suas narrativas, sem intermediação de intérpretes de sua língua, a Libras – Língua Brasileira de Sinais. Ou seja, a internet para os surdos pode ter um significado maior, uma possibilidade de desenvolver sua capacidade de produção e veiculação das próprias ideias na sua língua nativa. A língua nativa da comunidade surda é a Libras e essa língua foi reconhecida oficialmente no Brasil, pela Lei 10.436/2002, como meio de expressão e comunicação e um direito à aqueles que são nativos na Libras.

Quadros e Karnopp (2004) explicam que as línguas propagam a capacidade específica dos seres humanos para a linguagem, e que as diferentes línguas que existem expressam bem mais do que essa capacidade para a linguagem. Elas expressam padrões sociais, valores, ideais e culturas. Sendo assim, as línguas são epifenomenais, o que significa que representam uma multiplicidade de fatores que as tornam diferentes e as caracterizam grupos sociais específicos.

Nesse cenário, os objetivos do projeto de extensão são: proporcionar momentos de inclusão digital para o uso da internet, visando contribuir com a inclusão social do sujeito surdo; e incentivar a leitura crítica em relação aos conteúdos e linguagens midiáticas utilizadas na internet pelo surdo.

O curso será ofertado no segundo semestre de 2011 com característica híbrida, ou seja, alternando entre momentos presenciais e momentos de estudos orientados a distância. Será utilizado material didático em formato impresso em língua portuguesa e em formato de vídeo em Libras – Língua Brasileira de Sinais. Os momentos presenciais correspondem ao total de 16 horas em laboratório de informática, no qual serão realizadas atividades de demonstração, discussão, reflexão e utilização da internet. Os momentos a distância correspondem ao total de 14 horas do curso, no qual os

alunos surdos serão encorajados a serem autores e se colocarem na rede, dentro das redes sociais, como atividades que são seqüenciadas às realizadas presencialmente. A cada 4 horas presenciais, alterna-se em 5 horas a distância, sendo que se inicia e encerra-se o curso com momentos presenciais.

A construção das turmas levará em conta as instituições parceiras. Pretende-se, nesse curso, fazer parceria com a Associação de Surdos de Goiânia e outras duas escolas públicas estaduais, as quais possuem alunos surdos matriculados e que possam se interessar pela formação oferecida. Em casos de formação de turmas nas instituições parceiras, pretende-se oferecer o curso com um encontro presencial semanal, utilizando o laboratório de informática mais próximo dos alunos surdos.

O material didático do curso já foi elaborado, durante o primeiro semestre de 2011 e consta de uma Cartilha denominada “Eu na Internet”, a ser impressa e entregue aos participantes do curso. A Cartilha é direcionada aos adolescentes surdos e os conteúdos abordados são divididos em quatro temática, sendo a primeira sobre o desenvolvimento da tecnologia e da internet, o uso e o papel das redes sociais, netiqueta, uso seguro da internet e os processos de autoria na rede.

O material didático desse curso foi elaborado tendo como diretriz as peculiaridades do público alvo, buscando atender plenamente suas características. Tratam-se de sujeitos surdos, cujo meio de expressão e comunicação é a Libras – Língua Brasileira de Sinais, portanto, todo material elaborado em Língua Portuguesa está acompanhado de sua tradução em vídeo para a Libras.

Espera-se, com esse projeto, contribuir com a formação de um público específico, os surdos, para a leitura crítica da internet e possibilite que o seu uso seja voltado para a busca da construção da cidadania.

## **Referências**

GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. *Mídia, Educação e Cidadania*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005.

GARCÊS, Regiane L. O.; MAIA, Rousiley. Lutas por reconhecimento dos surdos na Internet: efeitos políticos dos testemunhos. In: *Revista de Sociologia Política*, v. 17, n. 34, Curitiba, out, 2009.

RONDELLI, E. Quatro passos para a inclusão digital. In: *Revista I-Coletiva*, v. 1, Rio de Janeiro, jan. 2003.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

---

<sup>i</sup> Faculdade de Letras – julianagf@yahoo.com.br

<sup>ii</sup> Faculdade de Letras – biagffaria@hotmail.com

<sup>iii</sup> Faculdade de Letras – feh.bonfin@gmail.com

<sup>iv</sup> Faculdade de Letras – jessierezende@gmail.com

<sup>v</sup> Faculdade de Letras – liramatos@gmail.com

<sup>vi</sup> Faculdade de Letras – miranda.libras@gmail.com